

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.299 - MG (2019/0002519-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : RODRIGO ROSA TENORIO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que, com base na súmula 83/STJ, negou seguimento a recurso especial objetivando a reforma de acórdão que, ao prover apelação ministerial, reduziu a 24 (vinte e quatro) dias a remição pelo trabalho do apenado RODRIGO ROSA TENORIO, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 36):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO. REMIÇÃO PELO TRABALHO. EQUIVALÊNCIA EM HORAS. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DIAS. RECURSO PROVIDO. - A Lei de Execução Penal, em seus artigos 33 e 126, adota como critério, para fins de remição de pena, o número de dias trabalhados, e não de horas. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial no que concerne à interpretação dos arts. 33 e 126 da LEP.

Sustenta a possibilidade de remição da pena na exata proporção das horas trabalhadas.

Contra-arrazoadado (e-STJ fls. 58/60), o recurso foi inadmitido, motivando o presente agravo (e-STJ fls. 67/85).

Contraminuta às e-STJ fls. 87/89 e manifestação ministerial pelo desprovimento do agravo, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 98):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DE PENA PELO TRABALHO. NÃO PROVIMENTO.

1. O benefício da remição encontra-se devidamente disciplinado na Lei n. 7.210/84, adotando como base de cálculo

o número de dias trabalhados, não havendo cogitar-se de outro critério, tais como as horas trabalhadas, para aplicá-lo. Precedentes do STJ. Súmula nº 83/STJ.

2. *Parecer pelo não provimento do agravo.*

É o relatório. Decido.

O recurso é tempestivo e foi impugnado o fundamento do despacho de inadmissibilidade - Súm. 83/STJ.

Passo, então, a análise do recurso especial, que, todavia, não comporta conhecimento.

Isto porque não se conhece de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional quando a parte recorrente não realiza o necessário cotejo analítico entre julgados em confronto, a fim de ficarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas.

Ademais, "para a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, deve a recorrente provar o dissenso por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça" (REsp 1243183/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016).

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 121, § 2º, I, E 14, II, DO CÓDIGO PENAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 593, III, "A" e "D", DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. *O recorrente apresentou razões recursais com argumentos*

concentrados em questões diversas da amparada pelo dispositivo legal apontado como contrariado, não demonstrando como o acórdão recorrido teria maculado o dispositivo legal mencionado, sendo imperativo a aplicação da inteligência da Súmula 284/STF.

2. Para se chegar à conclusão diversa da que chegou a Corte Estadual, seria imperativo realizar o cotejo fático e probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

3. Caberia ao recorrente a juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; com realização do devido cotejo analítico para demonstrar a similitude fática entre os julgados confrontados, mediante a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, requisitos não cumpridos na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 513.155/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 23/05/2018)

Ainda que assim não fosse, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a remição da pena ocorre em razão da contagem dos dias trabalhados, e não pelas horas, descontando-se um dia da pena para cada três trabalhados, exigindo-se, para cada dia a ser remido, o labor de no mínimo 6 e no máximo 8 horas.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CÁLCULO PELA SOMA DAS HORAS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O julgamento monocrático encontra previsão no art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea b, do RISTJ, que permite ao relator negar provimento ao recurso quando a pretensão recursal esbarrar em súmula do STJ ou do STF, ou ainda, em jurisprudência dominante acerca do tema, inexistindo, portanto, ofensa ao princípio da colegialidade.

2. Firmou-se, nesta Corte Superior, o entendimento segundo o qual, para a remição da pena em razão do trabalho, o cálculo

deverá ser realizado pela quantidade de dias efetivamente trabalhados pelo reeducando, não sendo possível seu cômputo com o simples somatório das horas. Precedentes.

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no AREsp 1249385/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELO TRABALHO. ARTS. 33 E 126 DA LEP. DIVISOR EM NÚMERO DE DIAS DE TRABALHO, COM JORNADAS DE SEIS A OITO HORAS. PRECEDENTES. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *"O art. 126, § 1º, II, da Lei de Execução Penal é claro ao afirmar que a contagem do tempo a ser remido será feita com base em dias, e não em horas de trabalho. Assim, se o trabalho do preso se restringir ao lapso temporal considerado pela lei como jornada normal (seis a oito horas diárias - art. 33), deve ser considerado como um dia, para efeito de remição" (REsp n.º 1.302.924/RS).*

2. *Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no HC 426.574/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 27/06/2018)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. REMIÇÃO PELO TRABALHO. PENA EFETIVAMENTE CUMPRIDA. PRÁTICA DE FALTAS GRAVES. PERDA DE ATÉ 1/3 DOS DIAS REMIDOS PARA CADA FALTA. ILEGALIDADE. CÁLCULO EM RAZÃO DAS HORAS TRABALHADAS. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - Nos termos do art. 128 da Lei de Execuções Penais, e da jurisprudência deste Tribunal Superior "os dias remidos pelo apenado por estudo ou por trabalho devem ser considerados como pena efetivamente cumprida." (HC n. 194.838/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 1º/08/2012), devendo ser

somados ao tempo de pena para verificação do preenchimento dos requisitos necessários para a concessão de eventuais benefícios executórios.

III - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça exige, para a remição da pena pelo trabalho, nos termos do art. 33 c/c 126, § 1º, da LEP, jornada não inferior a seis nem superior a oito horas diárias, de forma que o cálculo se dá pela quantidade de dias efetivamente trabalhados e não pelas horas.

IV - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o cometimento de falta grave durante a execução da pena poderá ensejar a perda dos dias remidos, que, a partir da Lei 12.433/2011, ficou limitada à fração de 1/3 (um terço).

V - O v. acórdão que determinou a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos para cada uma das faltas disciplinares praticadas, não se ajusta à orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça. (HC 462.464/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 28/09/2018)

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DE PENA. CRITÉRIO DE CÁLCULO DO DIA TRABALHADO. JORNADA NÃO INFERIOR A 6 NEM SUPERIOR A 8 HORAS. CÔMPUTO DA REMIÇÃO EM HORAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. A remição da pena pelo trabalho, nos termos do art. 33 c/c 126, § 1º, da LEP, exige jornada diária não inferior a seis nem superior a oito horas, contabilizando-se a quantidade de dias efetivamente trabalhados e não o simples somatório de horas. Precedentes.

2. O Supremo Tribunal Federal, em recente julgado, firmou posicionamento segundo o qual "é obrigatório o cômputo de tempo de trabalho nas hipóteses em que o sentenciado, por determinação da administração penitenciária, cumpra jornada inferior ao mínimo legal de 6 (seis) horas, vale dizer, em que essa jornada não derive de ato de insubmissão ou de indisciplina do preso, diante dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, que tornam indeclinável o dever estatal de honrar o compromisso de remir a pena do sentenciado, legítima contraprestação ao trabalho prestado por ele na forma estipulada pela administração penitenciária, sob pena de desestímulo ao trabalho e à ressocialização (RHC 136.509, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 27/04/2017).

3. Situação em que o apenado "cumpre pena no regime fechado e realiza serviços de artesanato e prestação de serviços em

artefatos de argila no Presídio Inspetor José Martinho Drumond" que se enquadra na hipótese excepcional adotada pelo Supremo Tribunal Federal, afastando a regra contida no art. 126 da LEP acerca da jornada de trabalho.

4. *Recurso desprovido.* (REsp 1721257/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator